

# Futuro da Amazônia em debate

documentação

CB

Data 26/9/99 Pg 16

Class

## *Encontro busca alternativas de renda econômica e ecologicamente viáveis, além de denunciar áreas de devastação*

Andrei Soares  
Enviado Especial

**M**acapá — Francisco de Oliveira não tem a mais remota idéia do que significa a palavra ecologia. “Eu ando meio esquecido destas coisas”, admite o pequeno homem, de 57 anos, franzindo a testa no esforço de lembrar o que nunca soube. Quanto a meio ambiente, ele ignora o termo: “Esse, nunca me disseram”. Bissustentabilidade? Nem pensar.

Falta tempo para pensar em tanto palavrão para quem — como seu Chico — caminha pela mata dez horas por dia colhendo banana e castanha. Tudo isso em meio ao impiedoso sol de Santo Antônio da Cachoeira, comunidade ribeirinha de doze famílias na reserva ecológica do Iratapuru, sudoeste do Amapá. Tudo isso para receber magros R\$ 2,50 por cacho na cidade de Laranjal do Jari, 30 quilômetros rio acima.

Pois ajudar pessoas como seu Chico foi um objetivo dos 164 especialistas reunidos no seminário Biodiversidade da Amazônia, realizado entre segunda-feira e sábado em Macapá, capital do Amapá. Além de identificar 365 áreas prioritárias de preservação ambiental e denunciar várias formas pelas quais o próprio governo estimula a devastação, o encontro buscou, principalmente, alternativas de renda econômica e ecologicamente viáveis para a Amazônia.

A missão desafia. Algumas atividades predatórias — como o corte da madeira e o plantio da soja e arroz — oferecem um bom retorno financeiro. Então,

como evitar a devastação sem abalar a economia local? Os ambientalistas apostam em pequenos programas que dividam melhor a riqueza, mudam a lógica da produção e promovam produtos locais.

“O desenvolvimento da Amazônia tem que beneficiar quem mora nela”, afirma o biólogo João Paulo Capobianco, coordenador-geral do seminário. Há o que vender. Na região, proliferam programas para a exploração de frutas como graviola, açaí, cupuaçu e taperebá, além do beneficiamento de castanhas, a extração de corantes como o urucu e até a venda do murmuru, usado para fabricar sabonetes de luxo.

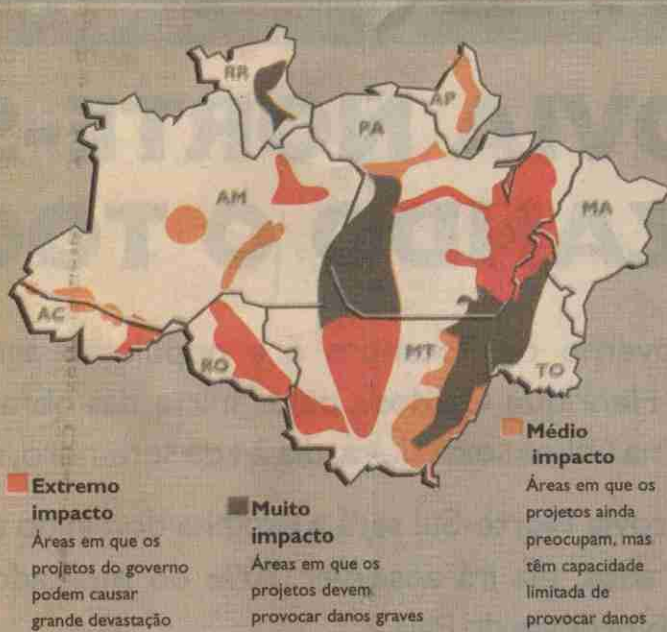
Mesmo assim, alguns setores associados à devastação não podem ser substituídos. É o caso da extração de madeira, uma atividade econômica essencial para a região. Em 1998, a Amazônia rendeu 28 milhões de metros cúbicos de madeira. Hoje, as serrarias empregam 5% dos trabalhadores amazonenses, respondendo por 13% do Produto Interno Bruto (PIB) regional, que é de quase US\$ 70 bilhões.

### EXTRAÇÃO

Mas a Amazônia pode muito bem viver com as serrarias. Segundo o engenheiro florestal Adalberto Veríssimo, bastaria explorar a madeira manejando a extração para permitir a recuperação da floresta. “Como envolve planejamento, é uma forma eficiente”, defende o engenheiro, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), de Belém. “E você não queima a floresta

## AMEAÇA

O mesmo governo que assinou um acordo com G-7 para proteger cinco corredores ecológicos na região anunciou, há menos de um mês, dentro do PPA uma série de programas de infra-estrutura que ameaça essas mesmas áreas. Confira quais são:



para fazer pasto.”

Hoje, apenas 2% da madeira extraída na Amazônia é explorada sob regime de manejo. “Não maioria dos casos, o corte é a primeira etapa de um longo processo de desmatamento”, explica Veríssimo, lembrando que bastaria explorar 20% da floresta de forma sustentável para manter a liderança mundial do Brasil na produção de madeira. “As madeireiras não precisam ser vilãs, não precisam queimar.”

Seu Chico bem sabe disso. Nascido no Ceará, chegou ao Iratapuru ainda menino — antes dele ser transformado em reserva, antes mesmo de grande parte dele ser arrasado como parte do Projeto Jarí, criado pelo regime militar nos anos 70 para colonizar o sudoeste amapaense. “Derrubaram para plantar café. Deu muito. Dá até hoje. A

gente não queima, capina. Mas tem muita gente irresponsável.”

Outra opção para a Amazônia é o turismo. Hoje, o setor rende apenas US\$ 50 milhões anuais para a região. Trata-se de uma quantia irrisória. Para se ter uma idéia, basta dizer que a pesca esportiva — um entre vários atrativos em potencial para o turista — rende nos Estados Unidos cerca de US\$ 65 bilhões. E o Brasil tem mais peixe.

“Nós vendemos nosso peixe muito mal, não promovemos o turismo”, afirma o economista André Guimarães, um representante do Banco Mundial no encontro. Ele lembra que a região também ofereceria aos turistas outros atrativos — das praias à floresta, passando por vários sítios históricos, artesanatos, pratos típicos, frutas tropicais e o próprio exotismo da “grife” amazônica.

Não é uma grife fraca. Uma pesquisa feita há alguns anos pelas Nações Unidas mostrou que a palavra Amazônia está entre as dez mais reconhecidas mundialmente, assim como Coca-Cola, Microsoft e McDonald’s. E, segundo os especialistas, poderia ser usada para criar novas oportunidades em áreas como a produção agropecuária, a navegação, o manejo florestal e a criação de animais.

Falta apoio oficial para estas atividades. Nós últimos nove anos, 95% do R\$ 1,4 bilhão em empréstimos pelo Banco da Amazônia financiaram projetos para produtos ligados à degradação, como a agropecuária e a soja. “Para virar o jogo, precisamos investir o mesmo em produtos locais”, afirma João Paulo Capobianco, para quem o próprio governo deveria se encarregar da promoção destes substitutos.

Hoje, existem mais de cem programas de fomento à exploração dos produtos da floresta — a maioria à espera de minguados recursos. Em outras áreas, como a exploração madeireira sustentável, o abandono é tamanho que sequer existem serviços de extensão rurais para estimular o corte manejado de madeira.

Além da falta de ajuda, a maioria das críticas surgidas durante o seminário acabaram caindo sobre o programa Avança Brasil, lançado em 31 de agosto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O chamado Plano Plurianual (PPA) prevê mais de um trilhão de reais em investimentos em infra-estrutura entre 2000 e 2003 — boa parte da Amazônia.

### CORREDORES

Entre os projetos para a região, estão a pavimentação da rodovia BR-174, a criação de uma hidrovía entre Tocantins e Araguaia, e a Ferronorte. Ironicamente, os projetos afetam vá-

rios dos chamados corredores ecológicos para a Amazônia — criados em convênio entre o próprio governo e o G7, grupo dos sete países mais ricos do mundo. Previsivelmente, isso enfureceu os especialistas.

“É muito sensível falar em novos investimentos de infra-estrutura de transporte na Amazônia quando a própria destruição da região passou pelas estradas”, afirma André Guimarães. “É perigosíssimo. Se não for feito todo um planejamento que — já mostra a experiência — não foi feito no passado, será uma devastação.”

Aproximadamente 73% dos 19 mil km<sup>2</sup> desmatados anualmente na Amazônia ficam a menos de 50 quilômetros das estradas. Segundo os especialistas, a imensa maioria dos 200 mil km<sup>2</sup> de área altamente vulneráveis para incêndios florestais rasteiros (ocorridos sob a copa), estariam na mesma situação. Ou seja, as queimadas seguem as estradas.

“O governo terá que fazer uma escolha, pois os eixos de desenvolvimento do Avança Brasil e os corredores ecológicos estão sobrepostos”, dispara Capobianco. “Mas a própria visão colonizadora do programa é equivocada. Ela surge do equívoco de achar que a Amazônia está vazia. Mas esta é uma floresta habitada.”

E é habitada por gente como seu Chico, que nunca saberá do seminário. Também não saberá que suas propostas devem ser usadas pelo governo durante um encontro com o G7 em Bruxelas. Mas Francisco de Oliveira sabe que quer ficar na floresta, viver dela. “O Mato é melhor do que a cidade: lá, é tudo comprado”, garante — talhando a boca num sorriso desdentado antes de sumir no meio da mata.

■ O repórter Andrei Soares foi a Macapá a convite da coordenação do seminário.